

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 247/XIII/1.ª

RECOMENDA AO GOVERNO A ALTERAÇÃO DA DESIGNAÇÃO DO CARTÃO DO CIDADÃO PARA CARTÃO DE CIDADANIA

A criação do Cartão do Cidadão através da Lei n.º 7/2007, de 5 de fevereiro, pretendeu simplificar o processo de identificação dos cidadãos através da conjugação, num único documento, de vários elementos capazes de identificar o respetivo titular junto de diversos serviços públicos.

No entanto, a designação deste documento de identificação não respeita a identidade de género de mais de metade da população portuguesa.

Depois de cinco Planos Nacionais para a Igualdade de Género, enquadrados nos diversos compromissos assumidos por Portugal nas várias instâncias internacionais,

Depois de cinco Planos Nacionais para a Igualdade de Género, enquadrados nos diversos compromissos assumidos por Portugal nas várias instâncias internacionais, que se destacam pela sua relevância, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, o Pacto Europeu para a Igualdade entre Homens e Mulheres 2011-2020, a Estratégia para a Igualdade entre Mulheres e Homens 2010-2015 e a Estratégia Europa 2020, continuamos a ter, como documento principal de identificação, um documento cujo nome não cumpre as orientações de não discriminação, de promoção da igualdade entre homens e mulheres e de utilização de uma linguagem inclusiva.

Pode ler-se, na Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2013, relativa ao V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação 2014-2017, que *“a linguagem que utilizamos reproduz, como é sabido, as representações sociais de género predominantes num determinado contexto histórico e cultural, refletindo-se depois, muitas vezes, em verdadeiras práticas discriminatórias. Desta forma, deve garantir -se que, desde logo, a Administração Pública adote uma linguagem escrita e visual que dê igual estatuto e visibilidade às mulheres e aos homens nos documentos produzidos, editados e distribuídos.”*

Em 1990 já tinha sido aprovada, no Conselho da Europa, uma Recomendação relativa aos Estados-Membros, no sentido do emprego de uma linguagem respeitadora do princípio da igualdade entre homens e mulheres e em 2007, a Recomendação do Conselho da Europa sobre Normas e Mecanismos para a igualdade de Género considerou a “eliminação do sexismo na linguagem e a promoção de uma linguagem que reflita o princípio da igualdade de género” como uma das seis normas a adotar pelos Estados-Membros.

Estas orientações estão igualmente plasmadas no Guia para uma Linguagem Promotora da Igualdade entre Homens e Mulheres na Administração Pública publicado pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.

De acordo com o exposto e considerando ainda o reconhecimento, patente na já citada Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2013, de que *“é tarefa fundamental do Estado promover a igualdade entre mulheres e homens, sendo princípio fundamental da Constituição da República Portuguesa e estruturante do Estado de direito democrático a não-discriminação em função do sexo ou da orientação sexual.”*, o Bloco de Esquerda entende que não existe qualquer razão que legitime o uso de linguagem sexista num documento de identificação obrigatório para todos os cidadãos e cidadãs nacionais, residentes em Portugal ou no Estrangeiro.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda valoriza este documento de identificação pela sua importância e considera que a sua designação não deve ficar restrita à formulação masculina, que não é neutra, e deve, pelo contrário, beneficiar de uma formulação que responda também ao seu papel de identificação afetiva e simbólica, no mais profundo respeito pela igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo a alteração da designação do Cartão do Cidadão para Cartão de Cidadania.

Assembleia da República, 13 de abril de 2016.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,